

RIO, 2010: o eterno retorno da barbárie

Intervenção das Forças Armadas faz o jogo da Casa Branca e agrava o impasse.

25 de novembro, Vila do Cruzeiro, Rio de Janeiro. Cerca de 600 policiais militares de elite (incluindo integrantes do Bope) e 800 soldados da Marinha – treinados em tática de repressão a civis no Haiti –, todos apoiados por helicópteros e veículos blindados, iniciam um processo de ocupação que se estenderá, nos dias seguintes, a todo o Complexo do Alemão (13 favelas onde vivem cerca de 150 mil pessoas). A população local é humilhada, aviltada, agredida. Suas casas são invadidas, seus bens são saqueados, inocentes são assassinados. Mas há agora um dado distinto, de tremenda importância: as Forças Armadas entraram no jogo. Não poderia haver demonstração mais explícita da natureza terrorista do Estado brasileiro. Nem confissão mais clara de sua abjeta subordinação às determinações da Casa Branca (não por acaso, o ministro da Defesa Nelson Jobim aparece como o "queridinho" de Tio Sam, nos documentos vazados pelo site Wiki Leaks).

Nenhum país sério mobiliza as Forças Armadas contra o narcotráfico. Nenhum. Por várias razões. As Forças Armadas são treinadas para defender a soberania nacional contra agressores externos, e não para agir contra o seu próprio povo. Além disso, a guerra ao tráfico coloca a tropa em contato com agentes potencialmente corruptores. Finalmente, trata-se de uma guerra desmoralizante, por ser de antemão perdida. Só idiotas consumados podem acreditar que a repressão vence o tráfico, e apenas débeis mentais incuráveis levam a sério os discursos oficiais sobre a necessidade de acabar com o comércio ilegal de drogas. É um comércio que movimenta centenas de bilhões de dólares, injeta moeda no mercado especulativo, fornece dinheiro para o tráfico de armas, de seres humanos, de mercadorias. É indispensável, enfim, ao funcionamento da economia capitalista. Se alguém quiser mesmo acabar com o narcotráfico, terá que começar pela prisão de banqueiros e agentes financeiros, e assim produzir o colapso da economia mundial. Basta lembrar que nunca se produziu tanto ópio no Afeganistão como após a derrubada do regime dos Talebãs e a entrega do poder ao ex-agente da CIA Hamid Karzai.

Mas a Casa Branca quer que os países de seu quintal militarizem o combate às drogas. Primeiro, por-

que isso significa abrir as Forças Armadas nacionais à participação de "assessores" enviados pelo Pentágono, pelo FBI (polícia federal estadunidense), pela CIA (serviço secreto) e pelo DEA (agência de combate ao tráfico), além de "especialistas" israelenses (bem treinados em massacres de civis palestinos). É exatamente o que acontece, por exemplo, na Colômbia, onde, a pretexto de combater o tráfico, militares estadunidenses e israelenses agem com desenvoltura na Amazônia, além de faturar milhões com vendas de armas e equipamentos (incluindo carros blindados como os sinistros "caveirões"). Há duas décadas, pelo menos, a Casa Branca pressiona o governo brasileiro no sentido de militarizar o combate ao tráfico. O presidente Luís Inácio Lula da Silva, finalmente, cedeu. Nem FHC ousou ser tão sabujo.

Lula tem exata consciência do que faz. Em abril de 2003, pouco após tomar posse, fez um discurso ousado de denúncia do narcotráfico como parte da indústria transnacional do crime organizado: "Ele tem o seu braço na política, tem o seu braço na Polícia, tem o seu braço no poder Judiciário, tem o seu braço nos empresários, tem o seu braço internacional. Então, é uma coisa muito poderosa, que de vez em quando nós vemos na televisão: 'Polícia consegue apreender a maior quantidade de cocaína já vista no Brasil'. Ai o que apresenta a televisão? Cinco ou seis 'bagrinhos'. Para onde ia e de onde veio, quem vendeu e quem comprou a droga, não aparece. Aparecem os 'bagrinhos', ou seja, é sempre a mesma história. E nós só vamos combater o crime organizado quando a gente resolver pegar quem compra e quem vende, e não apenas quem está no processo de intermediação, que muitas vezes são pobres coitados, induzidos, para ganhar o pão de cada dia. Às vezes a gente ouve na televisão o seguinte discurso: 'Tem violência? Tem. Vamos cercar a favela. Tem droga? Tem. Vamos ocupar a favela.' Possivelmente, no dia em que a Inteligência da Polícia for mais ousada e mais forte do que a força bruta, a gente não precise invadir uma favela, mas, quem, sabe, subir numa cobertura, numa das grandes capitais desse país, e pegar um verdadeiro culpado pelo narcotráfico."

No ocaso de seu mandato, Lula fez o oposto do

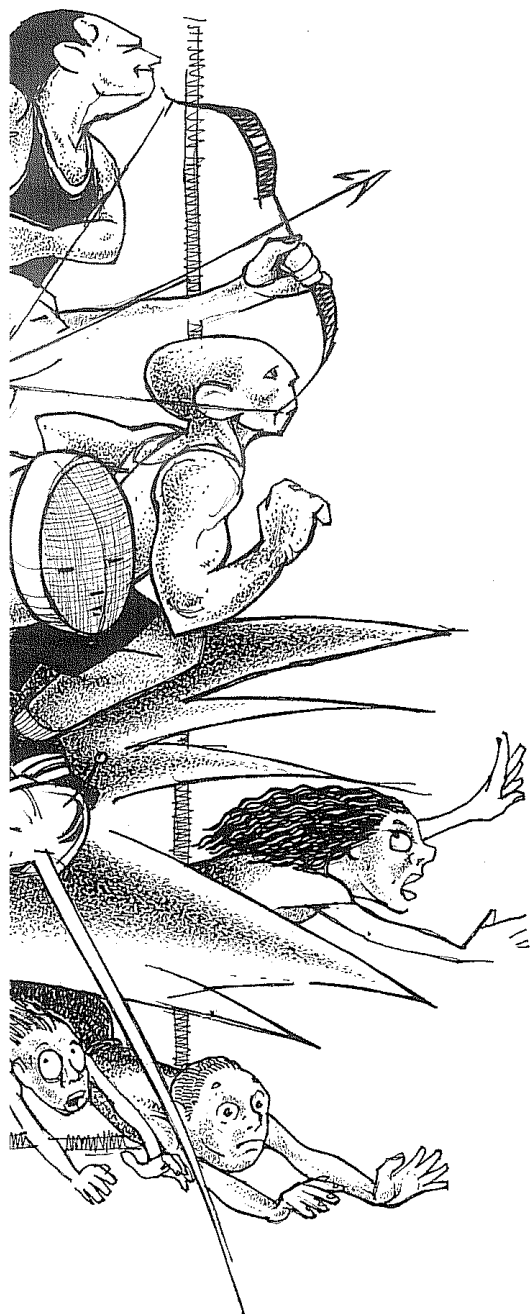
que prometeu no nascedouro: convocou as Forças Armadas contra os "bagrinhos". Com esse gesto, desmoralizou alguns avanços que o seu próprio governo promoveu, incluindo a transformação, em 2005, da antiga Secretaria Nacional Anti Drogas (Senad) para a Secretaria Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas. A expressão "políticas públicas" pressupõe, obviamente, a adoção de um conjunto de medidas não repressivas, um amplo espectro de ações sociais. Mas, para fazer isso, o Estado brasileiro teria que ser outro. Teria que ter programas voltados para a melhoria das condições de vida dos habitantes dos morros e favelas: mais escolas, infraestrutura higiênica e sanitária, hospitais e postos de saúde, mais campanhas esclarecedoras sobre os males causados pelo uso das drogas. Tudo isso soa como piada, num país em que idosos morrem à espera de atendimento nas filas do SUS, e em que a imensa maioria da população não consegue ler um livro.

As chamadas UPPs cariocas (Unidades de Policiamento Pacificadoras), aliás, transformam as políticas públicas em cruel zombaria: o morro viverá "em paz", desde que a população se sujeite à brutalidade dos "caveirões" e ao arbítrio dos mandados coletivos de busca. Assim, os conflitos e tensões nos morros do Rio encontraram a solução praticada inúmeras vezes na história brasileira, sempre com os aplausos das elites e das classes médias conservadoras – a "solução" dada, por exemplo, ao arraial de Canudos. Lula tem razão: é sempre a mesma história. Só que agora é ele quem manda.

A mídia, finalmente, jogou um papel fundamental nisso tudo, em particular a Rede Globo, que, é claro, não age motivada por interesses comerciais e especulativos na "pacificação" do Rio, tendo em vista a Copa de 2014 e os Jogos de 2016. De jeito nenhum. Faz puro jornalismo. Mais uma vez, a Globo apresenta-se, com mais competência e eficácia do que suas concorrentes, como a grande porta-voz das Forças Armadas subordinadas aos designios do Pentágono. Quem foi mesmo que disse que a história sempre se repete como farsa? 🗨

José Arbex Jr. é jornalista.

A preparação das cidades brasileiras para os megaeventos esportivos já apresenta inúmeros problemas. Entre eles, obras aprovadas sem licitação e ameaças de despejos de milhares de famílias. Ilustrações Carvani Rosa



a escolha do Brasil como sede da Copa do Mundo em 2014 e dos Jogos Olímpicos em 2016 foi amplamente comemorada. Não poderia ser diferente num País em que o orgulho nacional e a paixão pelo esporte são traços culturais marcantes. O que as comemorações ocultaram, entretanto, são os muitos problemas relacionados à forma como é feita a preparação para estes megaeventos esportivos: são obras aprovadas sem licitação, ameaças de despejos de milhares de famílias, transferência de grande quantidade de recursos públicos para poucos grupos privados, intervenções realizadas na cidade que ferem as legislações de planejamento urbano e proteção ambiental, extrema falta de transparência e nenhuma participação do conjunto da população nas decisões que já estão sendo tomadas em nome dos jogos.

Alguns atores do governo, da iniciativa privada e das entidades ligadas à Copa e Olimpíadas têm decidido como será a preparação das cidades e alocação dos recursos para os megaeventos, tendendo a reforçar a concentração de renda e poder já existentes. Enquanto isso, na grande mídia, há pouco ou nenhum espaço para importantes questionamentos: o que realmente representa esta preparação? Como o capital atraído para sua realização é distribuído? Como são planejadas as reestruturações urbanas? Quem ganha e quem perde com estes processos? A *Caros Amigos* conversou com moradores das cidades sedes dos eventos, professores, pesquisadores, intelectuais, parlamentares e integrantes dos movimentos sociais para tentar responder a estas perguntas e mostrar o 'lado B' da Copa e das Olimpíadas, ignorado diariamente na campanha pelo orgulho nacional.

"Faz parte da nossa cultura gostar do local onde nascemos e vivemos, as pessoas são apegadas às suas cidades e querem que haja eventos nela. Só que esse sentimento saudável se transforma numa armadilha contra a própria população. É preciso desfazer a cortina de fumaça e mostrar que sim, gostamos de jogos, queremos os eventos, mas sem autoritarismo, sem corrupção e sem comprometer o orçamento público pelos próximos 20 anos", explica Carlos Vainer, professor do IPPUR/UFRJ (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro).

Os problemas surgem quando as transformações legitimadas pela Copa e Olimpíadas abrem caminho para práticas como o desrespeito a direitos fundamentais e o mau uso dos recursos públicos. A professora da FAU-USP e relatora da ONU

para o direito à moradia adequada, Raquel Rolnik, explica que os megaeventos são uma estratégia que as cidades têm utilizado para promover transformações urbanísticas, com uma dupla serventia: "de um lado, a mobilização que ele provoca em nível nacional e internacional acelera a possibilidade de investimentos e transformações, ao mesmo tempo em que, na competição entre as cidades pela atração de investimentos internacionais, o megaevento traz visibilidade. E, ainda, como se trata de megaeventos esportivos, também tem um apego emocional, que justifica um verdadeiro estado de exceção, uma situação em que as regras normais de como as coisas devem ser feitas não precisam ser cumpridas".

Ela relata que, com o estado de exceção gerado, tanto o Rio de Janeiro, quanto outras cidades brasileiras que receberão jogos do Mundial de Futebol, estão implementando intervenções que em situações corriqueiras ou demorariam ou teriam uma série de entraves do ponto de vista jurídico-administrativo, ou seriam alvo de resistência por parte da população. "Já estão sendo aprovadas várias excepcionalidades para a Copa do Mundo em relação à lei de licitações, isenção de impostos, a não necessidade de algumas salvaguardas que normalmente são exigidas, que vão desde alterações de Planos Diretores (lei municipal que estabelece diretrizes para a ocupação da cidade) que não passam pelos processos normais. Elas já estão sendo votadas pelas Câmaras Municipais, Assembleias Legislativas e pelo Congresso Nacional – em todas as esferas, isso já está acontecendo no Brasil", relata a professora.

De fato, somente na noite do dia 24 de novembro, o Senado Federal aprovou duas medidas provisórias destinadas especificamente à realização da Copa e Olimpíadas. Uma delas ampliou o limite de endividamento dos municípios em operações de crédito destinadas ao financiamento de infraestrutura para os eventos. Além disso, houve isenção fiscal para a importação de materiais que serão usados nos jogos. As duas MPs foram aprovadas em tempo recorde – em uma semana com apenas duas sessões de poucos minutos na Câmara e Senado.

Com o estado de exceção em curso, grande parte das intervenções feitas nas cidades não estão seguindo parâmetros estabelecidos em documentos internacionais e nacionais, como o "Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais", a Constituição Federal de 1988, o Estatuto das Cidades de 2001 e os Planos Diretores dos municípios. "Na verdade, nenhuma dessas intervenções faz parte de um processo de planejamento urbano, muito menos de um processo de planejamento participativo, que é aquilo que prega o Estatuto das Cidades", explica Rolnik.

Como relatora da ONU para o direito à moradia adequada, a professora conta que já tem recebido denúncias de despejos e ameaças de despejos, principalmente de comunidades de baixa renda e de assentamentos precários, em várias cidades do Brasil, em função de obras de infraestrutura

ou ligadas aos equipamentos da Copa do Mundo. "Tudo aquilo que o Brasil se comprometeu como signatário do Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais - que diz claramente quais são os procedimentos adequados que devem ser adotados e seguidos no caso de ser necessária uma remoção - não está sendo aplicado. As pessoas que estão sendo removidas não é dada a chance sequer de ter informação sobre o projeto, sobre qual vai ser a alternativa oferecida a ela para o reassentamento. Também não é dada a chance de se estudar alternativas que evitem ou minimizem as remoções".

Isto tudo com um agravante: o financiamento das intervenções é majoritariamente público. "São recursos financeiros, patrimoniais (terras), espaços públicos, que são transferidos sob regras de exceção para grupos privados, sem debate público, em negociações nas quais o povo não é consultado. Há uma canalização de recursos públicos para interesses privados, para as construtoras, as empreiteiras, as empresas de telecomunicações e *marketing*. E as empresas envolvidas são aquelas mesmas que estão nas listas entre as maiores contribuintes das candidaturas, as que fazem doações para todas as campanhas políticas, como a Odebrecht, a Camargo Corrêa, a Votorantim, o grande agronegócio. E, evidentemente, esses recursos são pagos por todas as outras rubricas, pelo transporte popular que não está sendo feito, pelo saneamento que não é feito e por aí vai", destaca Vainer.

A Odebrecht, por exemplo, somente entre os estádios cujas construtoras já estão definidas, está presente nos consórcios a frente da construção Arena do Corinthians, em São Paulo, da Arena Fonte Nova, em Salvador, da Arena Pernambuco e na reforma do Maracanã, no Rio de Janeiro. Somados, os recursos previstos para estas obras atingem mais de R\$ 2,6 bilhões. O economista Luiz Mário Behnken, coordenador da Rede de Mega Eventos Esportivos (REME) e membro do Fórum Popular do Orçamento, avalia que cada megaevento esportivo deve custar em torno de R\$ 30 bilhões.

Para o professor Carlos Vainer, com esse procedimento, as cidades brasileiras se transformam não apenas em um "grande negócio, mas num negócio corrupto e com o aval da presidência da república, financiamento do BNDES, e, como as informações não são transferidas para a população, também com apoio do povo". Ele considera que a privatização do espaço público é absoluta. "Nos Jogos Pan-americanos de 2007 você não podia nem levar um sanduíche para o estádio, porque o Comitê Olímpico Brasileiro havia feito um contrato com uma rede de *fast food* que assegurava a ela a exclusividade de fornecer alimentação dentro do estádio", exemplifica.

Os problemas que surgem com a falta de transparência na preparação para os jogos atingem, inclusive, o âmbito esportivo. Antropólogo e professor da Universidade Federal Fluminense (UFF), Marcos Alvito foi um dos idealizadores da Associação Nacional dos Torcedores (ANT), que luta pela defesa do futebol brasileiro como arte, cultura e um

patrimônio popular. Para ele, o apreço pelo esporte também tem sido usado nessa armadilha e o megaevento funciona como uma espécie de nuvem midiática que desarma a opinião pública em relação às transformações que vão ser operadas.

"O gosto pelo esporte é usado pela mídia e pelo poder público para legitimar interesses de pequenos grupos. No caso da Copa do Mundo isso é evidente. A expulsão do povo dos estádios de futebol está sendo financiada com dinheiro do próprio povo. A reforma do Maracanã, por exemplo, vai custar R\$ 705,6 milhões e representa a quarta reforma do estádio nos últimos 11 anos", afirma, complementando: "ela vai diminuir em quase 10 mil o número de pessoas que poderão ir ao estádio. Ou seja, onde já couberam 200 mil pessoas um dia, depois desta reforma, caberão 76 mil. O preço do ingresso só sobe e o campo também vai diminuir. O projeto do Maracanã, na verdade, não é para os torcedores, é o projeto de um *shopping*, que além de praça de alimentação vai ter uma praça de futebol ali no meio", avalia.

MODELO DE CIDADE

De acordo com a professora Raquel Rolnik, os megaeventos se inserem no contexto de um novo modelo de cidade. "Havia uma ideia corrente entre os anos 1950 e 1970, nos países desenvolvidos, de uma cidade planejada, com o acesso universal, em que a política de planejamento urbano é vista como uma atividade do Estado, como uma dimensão pública. Isso acabou sendo substituído por um paradigma de 'empresariamento' urbano, ou seja, os processos de transformação das cidades ocorrem conectados e dirigidos para a promoção de negócios e atração de investimentos, numa linha direta entre o modelo de política urbana e o capital, sobretudo, o capital imobiliário".

Vainer explica que os grandes eventos estão relacionados justamente a esta nova modalidade de planejamento que surge nos anos 1980 e que torna a cidade uma empresa a concorrer no mercado com outras 'cidades-empresas', na busca por capitais, investimentos e pelos próprios eventos.

"Um dos grandes problemas deste modelo é que, ao competir, a cidade busca esconder tudo aquilo que não interessa aos negócios. Transformada em empresa, o dissenso é banido da cidade porque ameaça a competitividade. A política - a forma pela qual os agentes coletivos vão ao espaço público manifestar seus dissensos - é abolida, porque pode prejudicar os negócios. As regras são a da flexibilização, da cidade de exceção, o que quer dizer, na verdade, 'tudo o que for necessário para viabilizar os negócios'. É o que eu chamo de democracia direta do capital, as decisões são tomadas numa ação direta do capital privado com o poder público", descreve o professor.

Para Vainer, o megaevento radicaliza o modelo da cidade empresarial e da exceção. "Basta você ir atrás de todas as leis específicas, a FIFA não paga imposto, os hotéis pra Copa e Olimpíadas não vão pagar IPTU, todas as regras do direito de construir, do uso do solo, inclusive em termos fiscais, todas as regras são suspensas", exemplifica.

Além de beneficiar a poucos, este modelo tem aspectos perversos: "se o objetivo é fazer da cidade uma vitrine, é preciso esconder tudo aquilo que gera críticas, como a pobreza e a miséria. A cidade é reduzida a sua faceta de exportação, é voltada para o exterior e não para os seus cidadãos. O exemplo da África do Sul está aí para lembrar isso, os pobres foram tirados das ruas, os vendedores ambulantes foram tirados das ruas, para não poluírem a paisagem. No Brasil, em Fortaleza, milhares de pessoas já estão ameaçadas de despejo, para a construção de estradas para a Copa. No Rio de Janeiro, vão construir vias de transportes, todas voltadas para a Barra da Tijuca, atendendo ao interesse da especulação imobiliária, enquanto 80% dos fluxos de transporte, das viagens feitas pelos cidadãos, estão em outra direção".

O PALCO DOS MEGAEVENTOS

Dentre as cidades brasileiras, a capital fluminense se tornou palco dos megaeventos. Após receber os jogos Pan-americanos em 2007, a agenda segue intensa: o Rio receberá, além da Copa de 2014 e Olimpíadas de 2016, outros eventos esportivos de grande porte, como os Jogos Mundiais Militares, neste ano, e a Copa das Confederações, em 2013.

O legado promete ser semelhante ao do PAN: endividamento público, remoção de favelas, infração de direitos humanos e aumento do *apartheid* social já marcante na cidade. Um exemplo dessa tendência é o mapa traçado para reformulação do sistema viário carioca. Marcos Alvito relata que o BRT (Bus Rapid Transit) Transoespíte - uma espécie de corredor de ônibus que ligará a Barra da Tijuca a Santa Cruz - é muito mais voltado aos interesses da especulação imobiliária do que à população.

"Ele não interliga a cidade, na verdade, ele liga os pontos mais distantes da cidade à Barra da Tijuca, que passa a ser um novo centro. E de quebra, onde essas BRTs passam? Justamente em cima de comunidades de trabalhadores. Então, num só projeto, se cria o transporte para a Barra, remunera as empresas de ônibus, e, além disso, atravessa a favela, que tem que ser removida. Aí é mais um terreno liberado para a indústria de construção e para o setor imobiliário", cita. Desse modo, os megaeventos vão valorizar uma das áreas já mais valorizadas do Rio de Janeiro, enquanto o subúrbio segue abandonado.

Outras políticas que não estão diretamente ligadas aos jogos reforçam ainda mais este caráter. "Se você ver o mapa das UPPs (Unidades de Polícia Pacificadora), elas não começaram pelas áreas mais conflagradas da cidade. Se há um plano de segurança, o lógico é começar por onde tem mais problema. Aqui não, aqui começa pelas áreas nobres. As UPPs, na verdade, são um corredor que vem lá do aeroporto até a Barra da Tijuca, então elas funcionam como um cordão sanitário", considera Alvito.

Raquel Rolnik explica que, de fato, a geografia das UPPs corresponde a áreas de interesse no projeto da Copa do Mundo e dos Jogos Olímpicos.



Além das UPPs, as ocupações militares no Complexo do Alemão e Vila Cruzeiro, ocorridas em novembro de 2010, também tem uma conexão com o projeto dos megaeventos. “Há, evidentemente, alguma ligação com a Copa e as Olimpíadas, no sentido de buscar eliminar uma parte do tráfico de drogas, que é o comércio varejista de drogas controlado a partir dos morros. Esse comércio varejista já estava completamente fragilizado em função de um lado pelas UPPs e do outro pelas milícias. E a pacificação da cidade do Rio de Janeiro é um elemento fundamental para que os eventos aconteçam”, explica Rolnik.

A relatora da ONU aponta duas dimensões pre-ocupantes nessas ações: a ocupação do Estado na comunidade não significa uma ocupação militar, territorial, “mas sim a presença do Estado no sentido de desbloquear a barreira que a separa da cidade, que é uma barreira administrativa, patrimonial, urbanística. E não está claro se os direitos vão ser afirmados, essa é uma dimensão”. A outra, diz respeito “à forma como é levada tanto o processo de urbanização das favelas, como agora essa ocupação militar, se é o melhor processo. Eu digo isso porque recebi várias denúncias de violações que estão acontecendo nesse bojo”.

A remoção e criminalização das favelas também são acentuadas sob o pretexto de preparação para os megaeventos. “Com a Copa e Olimpíadas, o prefeito Eduardo Paes, que aliás já foi subprefeito justamente da Barra da Tijuca, pretende remover 119 favelas”, lamenta Alvíto. “Por sinal, eu não gosto de utilizar a palavra ‘remoção’, mas eu uso pras pessoas logo identificarem como é o processo de criminalização, porque ‘remoção’ é utilizado para lixo, cadáveres e para morador de favela”, complementa.

Segundo o professor Carlos Vainer, todas as comunidades que estão próximas às sedes olímpicas estão ameaçadas. “A comunidade Vila Autódromo, por exemplo, está localizada próxima à área de implantação da Vila Olímpica. É uma comunidade antiga, onde a população está bem organizada e um dos poucos bairros populares do Rio de Janeiro que não é controlado nem pelo tráfico, nem pelas milícias. É uma comunidade

onde há anos não há um evento criminal, mas estão querendo desocupá-la, dizem que ela virou uma ameaça. Na verdade, ela virou uma ameaça aos interesses imobiliários na região”, cita.

De acordo com informações do portal do direito à moradia adequada, em maio de 2010, a Associação de Moradores e Pescadores da Vila Autódromo elaborou um dossiê sobre a situação da comunidade que contém uma notificação feita pela Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro ao Comitê Olímpico Internacional. A notificação aponta que a remoção da Vila Autódromo para a construção das instalações olímpicas viola acordos internacionais, regimentos do próprio comitê olímpico, a constituição brasileira e fluminense, além de leis municipais.

A Vila Autódromo é apenas uma das comunidades atingidas que está resistindo às ameaças de despejo. Segundo informações da REME, em dezembro, em apenas duas semanas, a Defensoria Pública ajuizou três ações coletivas a partir de relatos e da comprovação inicial de inúmeras irregularidades no procedimento de reassentamento de comunidades atingidas pelas obras do Transoeste no Recreio dos Bandeirantes. As ações se fundamentam em problemas como a falta de transparência, informação e participação da comunidade, propostas de reassentamento em local distante e indenizações subvalorizadas, além de haver denúncias de coação e ameaça no processo.

O vereador Eliomar Coelho (PSOL-RJ) relata que famílias de dezenas de comunidades pobres estão sendo removidas, com “requintes de crueldade”, pela Prefeitura Municipal. “Para se ter uma ideia, ao longo do corredor Transoeste, já foram demolidas mais de cem casas e lojas - algumas, inclusive, com as mobílias das pessoas dentro. As alternativas oferecidas são indenizações pífias, que às vezes não pagam nem a mudança, ou projetos do Minha Casa, Minha Vida em regiões tão distantes quanto insalubres e sem estrutura. No caso de comércios, não é feita qualquer oferta. São tantos crimes que ainda estamos sistematizando as denúncias para encaminhá-las”, conta.

O vereador, que esteve a frente da CPI do PAN encaminhada em 2007 (ver matéria página 22),

avalia que os problemas devem se repetir. “O maior problema é a total falta de transparência. Muitos contratos estão sendo assinados, muitas obras já estão começando, muitas comunidades pobres estão sendo removidas na marra e na marreta, mas não se tem acesso sequer às plantas dos empreendimentos”.

No âmbito legal, as mudanças também já estão em curso no Rio - o poder público preparou um ‘Pacote Legislativo para Copa do Mundo de 2014 e Olimpíadas de 2016’. No dia 25 de novembro, foram sancionadas três leis municipais para Copa e Olimpíadas: uma autoriza o Poder Executivo a criar a Empresa Rio 2016 (LEI Nº 5229), outra institui incentivos e benefícios fiscais (LEI Nº 5230) e outra define Parâmetros Urbanísticos e Normas de Uso e Ocupação do Solo, estabelece incentivos para a ampliação da rede de hotéis, autoriza a alienação de imóveis e autoriza ainda a Operação Interligada, mecanismo que permite uma exceção à lei do zoneamento, como direito de construir além do permitido, mediante pagamento de uma contrapartida (LEI COMPLEMENTAR Nº 108).

“De uma só tacada, a Prefeitura alterou padrões construtivos e índices urbanísticos de diversas áreas da Cidade, aprovou uma Operação Interligada (ao arpejo da boa técnica de Planejamento Urbano), e concedeu novas “bênçãos” para empreendimentos privados”, avalia o vereador Eliomar Coelho.

Entre os problemas que isto representa, ele destaca a exclusão de áreas de apoio e de uso comum dos hóspedes, além de varandas, estacionamentos e circulações horizontais e verticais, do cálculo da Área Total Edificada - ATE ou da volumetria dos hotéis. Outra falha grave indicada pelo parlamentar é a falta de instrumentos satisfatórios para a fiscalização e a apuração dos casos em que os benefícios sejam utilizados, mas os propósitos previstos não sejam alcançados. “Não há um mecanismo confiável de recuperação desses recursos caso os empreendedores não atendam a todas as condições expressas nas Leis aprovadas agora pela Prefeitura”, ressalta Eliomar.

OS MESMOS PROBLEMAS

Os problemas enfrentados não se restringem ao Rio de Janeiro. Para a Copa de 2014, 12 cidades brasileiras se preparam para receber os jogos: Belo Horizonte, Brasília, Cuiabá, Curitiba, Fortaleza, Manaus, Natal, Porto Alegre, Recife, Salvador e São Paulo, além, claro, da capital fluminense.

Assim como no Rio, em Fortaleza, milhares de famílias já estão ameaçadas de despejo. Com isso, na cidade foi montada uma articulação formada por movimentos sociais, ONG’s, estudantes, profissionais liberais, associações comunitárias e atingidos pelas obras da Copa - o Comitê Popular da Copa. Segundo o Comitê, a cidade deve ser alterada por 89 grandes obras direta ou indiretamente ligadas aos jogos. Nesse bojo, o Estado e a Prefeitura prevêem a remoção 3.500 famílias para implantar um sistema de Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) e para duplicar a Via Expressa e de outras 3.800 famílias para realizar o projeto Rio Cocó, que prevê a urbanização da região às margens do rio.

Para Márcio Alan Menezes Moreira, integrante do Movimento dos Conselhos Populares e Comitê, as estimativas ainda são baixas. "A estimativa de 3.500 famílias só na área do VLT é irreal, não há um mapeamento concreto, o Estado fez o mapeamento aéreo, onde você tem telhados, mas em um telhado pode morar mais de uma família. Acreditamos que cerca de 15 mil famílias devem ser atingidas pelas obras do VLT, em torno do (estádio do) Castelão, e no bairro do Barroso, além de algumas pequenas outras áreas". Ele explica que os despejos para construção do VLT são os problemas mais iminentes, mas as obras no entorno do Castelão, cuja abrangência territorial ainda não foi definida, também deve trazer problemas para as comunidades pobres neste ano.

Mais uma vez, os recursos públicos são destinados às intervenções sem haver um debate de prioridades com a população. Segundo informações coletadas pelo Centro de Defesa da Criança e do Adolescente - CEDECA / Ceará - integrante do Comitê - o governo do Estado, em parceria com a Prefeitura Municipal de Fortaleza, pretende gastar cerca de R\$ 9,46 bilhões nas obras para a Copa - quantia que representa 2,5 vezes o orçamento municipal para 2010 e quase o que foi gasto pelo governo do Estado em 2009.

Apesar dos bilhões destinados às obras, o diálogo do poder público com a população segue restrito. "Há vários problemas relativos a informações concretas, como sobre qual vai ser a área atingida pelas obras, quais os impactos.

Em Porto Alegre, também estão sendo montados comitês para resistir às remoções e para tentar impedir obras que tragam prejuízos ambientais. De acordo com o ambientalista Antônio Ruas, lá, a remodelação do Complexo Beira-Rio preocupa bastante, pois o estádio está próximo a uma área de preservação ambiental. "Neste projeto há previsão de dois hotéis e um centro comercial com alturas de 42 m, aprovados na Câmara de Vereadores. Só isso já retirará circulação de ar, a vista para o Guaíba e causará um sombreamento no local. Toda a área adjacente ao estádio Beira Rio será construída, dando fim à área verde", diz. Além disso, a ampliação do limite de altura para construir é outro ponto de tensão, sobretudo na orla do Rio Guaíba - cobrada pelo mercado imobiliário.

Com problemas semelhantes, atores ligados aos movimentos de resistência nas cidades sedes da Copa estão convergindo para uma articulação nacional. "Está surgindo uma rede de mobilização e monitoramento da Copa e das Olimpíadas pela não violação dos direitos humanos, pela promoção dos direitos, e por um plano de intervenção socioambiental", explica Raquel Rolnik.

Para o coordenador da REME, Luiz Mário Behnken, a articulação é necessária para fazer frente a um embate desigual. "É difícil fazer uma mobilização para retirada dos megaeventos, uma vez que a população é simpática à realização da Copa e das Olimpíadas no Brasil. Então, nós precisamos aproveitar esse momento como forma de discussão da política pública e da orientação que esses processos vão ter", afirma. ■

O evento acaba, os problemas permanecem

Experiências internacionais mostram que o legado deixado pela Copa e Olimpíadas nem sempre tem um saldo positivo



A orientação pela realização de negócios em detrimento de um planejamento urbano voltado para a população já deixou problemas para outros países que sediaram megaeventos esportivos e, até mesmo para o Brasil, com os jogos Pan-americanos de 2007.

No Brasil, para o seminário "Impactos urbanos e violações de direitos humanos nos megaeventos esportivos", realizado em novembro do ano passado, o pesquisador grego Stavros Stavridis, da National University of Athens, comentou o legado dos Jogos Olímpicos de 2004, em Atenas. Segundo ele, o recurso destinado para a construção da Vila Olímpica, com 2292 unidades, foi desperdiçado, pois o lugar hoje está deserto e sem vida, e poderia ter sido destinado, por exemplo, para a produção de habitação social.

Outro caso emblemático trazido pelo pesquisador foi o do conjunto habitacional "Profygika", uma comunidade formada na década de 1930 para abrigar refugiados turcos. Com 228 apartamentos de 54 m², atualmente, o conjunto se encontra em condições precárias, mas com uma localização central e privilegiada do ponto de vista da valorização imobiliária. Com isso, no planejamento da Copa, o governo grego incluiu a demolição do conjunto. Neste caso, porém, a mobilização da sociedade trouxe frutos e, considerado um patrimônio histórico da arquitetura moderna do país, a justiça vetou a demolição do "Profygika".

Com isso, o governo decidiu então esconder os prédios do conjunto durante os jogos, que foram cobertos com uma enorme cortina decorada com imagens de pontos turísticos da Grécia. "Outras partes da cidade também foram cobertas. Isso faz parte da estratégia: o que não pode ser removido e não deve ser visto, é escondido. Agora eu pergunto: por que eles não aproveitaram os recursos para reformar o conjunto?", indaga Stavridis.

O pesquisador Alain Mabin, da University of Witwatersrand, de Johannesburg, África do Sul contou que naquele país a realização da Copa do Mundo foi um processo controverso, cujos impac-

tos foram sentidos de formas diferentes nas cidades. Em Soweto, por exemplo, uma cidade muito pobre, a qualificação do sistema de transporte público beneficiou de fato a população. Entretanto, muitos direitos humanos foram prejudicados. Mabin citou a proibição de qualquer tipo de manifestação no mês da Copa e até mesmo a censura da exibição do documentário *Fahrenheit 2010*, que denunciava a corrupção do megaevento.

A professora da FAU-USP e relatora da ONU para o direito à moradia adequada, Raquel Rolnik, que esteve também no seminário realizado no final do ano passado, lembra que houve um verdadeiro Estado de Sítio na África do Sul. "O pessoal da África do Sul relatou no seminário situações onde, por exemplo, se uma pessoa furtasse qualquer tipo de coisa, ela era sumariamente, sem nenhum julgamento, presa. Havia tribunais especiais, ou seja, um verdadeiro Estado de Sítio", diz.

O economista Luiz Mário Behnken, coordenador da Rede de Mega Eventos Esportivos (REME), lembra ainda que para a Copa, cerca de 10 mil pessoas foram colocadas para morar em contêineres, na Cidade do Cabo.

O mundial de futebol deixou também como legado um enorme problema social para o país africano: trabalhadores que migraram para trabalhar em obras nas áreas centrais, hoje sofrem xenofobia.

Rolnik lembra ainda que é um requisito da FIFA, por exemplo, que o território no entorno dos locais dos jogos saia das regras da cidade e passe a ter um julgo especial.

A própria experiência brasileira com o Panamericano de 2007 mostrou a contradição dos megaeventos esportivos. O vereador Eliomar Coelho (PSOL-RJ) relata que, ao longo de todo o processo de preparação e realização dos jogos, o mandato recebeu tantas denúncias que encaminhou a solicitação para a abertura de uma CPI. "As denúncias versavam sobre a construção e montagem de quase todos os locais de competição, a venda dos ingressos, a relação do Poder Público com o Comitê Organizador, enfim, quase tudo. Os casos mais graves, sem dúvida, foram a Vila Pan-americana, repleta de irregularidades desde a negociação do terreno até a sua utilização sem Habite-se, e o Engenho, cujo projeto saiu de pouco mais de R\$160 milhões e terminou em quase R\$500 milhões, com mais de 20 aditivos ao contrato", conta.

Apesar do requerimento da CPI aprovado, os trabalhos foram barrados por uma manobra do então Prefeito César Maia. ■

Débora Prado é jornalista
debora.prado@carosamigos.com.br